



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

123

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0004335-63.2013.8.17.0000 (0302362-9)
AGRAVANTE: ITAU SEGUROS S/A
AGRAVADO: JOSENILDO PEREIRA DE MELO
RELATOR FERNANDO MARTINS
Sexta Câmara Cível

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA – DIFERENÇAS - (SEGURO DPVAT). PERÍCIA REQUERIDA POR AUTOR BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. DETERMINAÇÃO DE RECOLHIMENTO HONORÁRIOS PERICIAIS AO DEMANDADO FIXADOS EM CONSONÂNCIA COM O SERVIÇO A SER DESENVOLVIDO E NOS PARÂMETROS UTILIZADOS POR ESTE TRIBUNAL EM CASOS ANÁLOGOS. DA NÃO NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO DE PERITO OFICIAL DIANTE DA POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DA PERÍCIA PELO INSTITUTO MÉDICO LEGAL IML, ÓRGÃO ESTADUAL COMPETENTE PARA REALIZAÇÃO DE TAIS EXAMES. EM NOME DO PRINCÍPIO DA CELERIDADE E DA ECONOMIA PROCESSUAL, DO VALOR IRRISÓRIO, E DA HIPOSSUFICIÊNCIA DO AGRAVADO QUE NÃO PODERÁ EFETUAR DESPESAS SEM COMPROMETER SEU ORÇAMENTO, ENTENDE ESTE MAGISTRADO QUE A SEGURADORA AGRAVADA DEVE CUSTEAR AS DESPESAS DAS PASSAGENS REFERENTES AO DESLOCAMENTO DO AGRAVADO DA CIDADE DE SERRA TALHADA PARA A CIDADE DE CARUARU PARA A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA. DEVENDO A MESMA SER RESSARCIDA DESSA ÍNFIMA DESPESA CASO SEJA A PARTE VENCEDORA. RECURSO IMPROVIDO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **negar provimento** ao Recurso de Agravo de Instrumento para afastar a obrigatoriedade do pagamento dos honorários periciais pela seguradora agravante, determinando a feitura da perícia pelo IML na cidade de Caruaru com as despesas com o transporte do demandante/agravado por conta da seguradora/agravante, conforme assinalado na liminar anteriormente concedida por esta relatoria.

Recife, ²⁶ de ^{Setembro} de 2013.

DES. FERNANDO MARTINS - RELATOR



118-

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0004335-63.2013.8.17.0000 (0302362-9)
AGRAVANTE: ITAU SEGUROS S/A
AGRAVADO: JOSENILDO PEREIRA DE MELO
RELATOR FERNANDO MARTINS
Sexta Câmara Cível

Relatório

Cuida-se de Recurso de Agravo de Instrumento manejado com pedido de liminar, em face da decisão proferida pelo MM Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Serra Talhada/PE que, nos autos da Ação de Cobrança - Diferenças - (Seguro DPVAT), ajuizada pelo agravado, deferiu os benefícios da gratuidade pleiteados pelo autor. Nomeou perito para avaliar o demandante, e determinou a citação da seguradora para, querendo, contestar a ação, bem como, depositar os honorários periciais, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por ser a parte autora hipossuficiente.

Nas razões do agravo de instrumento (fls. 03/18) insurge a seguradora agravante quanto à intimação para efetuar o pagamento dos honorários periciais. Enfatiza, ainda, que não se trata de uma relação de consumo, sendo, portanto, inaplicável a inversão do ônus da prova. Alega, ainda, da necessidade da perícia ser realizada pelo IML, todavia, não sendo este entendimento, alegou a necessidade de redução do valor dos honorários periciais.

Motivos pelos quais, requer a seguradora agravante seja dado provimento ao presente recurso, para reformar a decisão ora combatida, determinando que a perícia seja realizada por órgão competente e que traduza igualdade às partes, ou seja, pelo Instituto Médico Legal do Estado de Pernambuco - IML. Ou, não sendo este o entendimento, requer que seja minorado o valor dos honorários periciais.

Às fls. 75/77, foi deferido em parte o pedido do efeito suspensivo ao presente recurso afastando a obrigatoriedade do pagamento dos honorários periciais pela seguradora agravante, determinado a feitura da perícia pelo IML na cidade de Caruaru com as despesas com o transporte do demandante por conta da seguradora/agravante.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

119

Conforme certidão de fl. 97 decorreu o prazo sem que a parte agravada oferecesse as contrarrazões.

Às fls. 83/89 a seguradora agravante interpôs agravo, o qual foi recebido como pedido de reconsideração, em face da decisão interlocutória que deferiu em parte o pedido do efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento afastando a obrigatoriedade do pagamento dos honorários periciais pela seguradora agravante e determinando a feitura da perícia pelo IML da cidade de Caruaru com as despesas com o transporte por conta da seguradora/agravante.

No referido recurso, se insurgiu a agravante quanto à condenação das despesas com o deslocamento do demandante/agravado da sua comarca para a cidade de Caruaru para a realização do exame pericial no IML desta comarca, sob o argumento de que esta despesa deve ser arcado pelo demandante agravado, por ser este o maior favorecido da perícia ou pelo Estado, já que o autor é beneficiário da assistência gratuita. Alegou também que não existe previsão legal para o presente ônus. Assim, requereu a reconsideração do *decisum* ou o julgamento colegiado do feito.

Esta relatoria deixou de exercer o juízo de retratação e mantendo, integralmente, a decisão liminar proferida.

Às fls. 106/112 a agravante interpôs novo agravo em face da decisão monocrática de fl. 100/101, esta relatoria deixou de exercer o juízo de retratação e manteve, integralmente, a decisão liminar proferida.

Em tal recurso, requer a retratação deste Juízo quanto ao ônus do deslocamento para realização de perícia, visto que é do autor ou do Estado, uma vez que, não existe previsão legal para o presente ônus. Ou na hipótese de não ser este o entendimento deste r. Juízo que a mesma rateada entre as partes. Assim, requereu a reconsideração do *decisum* ou o julgamento colegiado do feito.

É relatório.

À pauta.

Recife, 19 de agosto de 2013.


DES. FERNANDO MARTINS - Relator



124

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0004335-63.2013.8.17.0000 (0302362-9)
AGRAVANTE: ITAU SEGUROS S/A
AGRAVADO: JOSENILDO PEREIRA DE MELO
RELATOR FERNANDO MARTINS
Sexta Câmara Cível

Voto

Pende de exame do segundo agravo, o qual recebo como pedido de reconsideração, onde a seguradora agravante registra o seu inconformismo quanto à condenação das despesas com o deslocamento do demandante/agravado de Serra Talhada onde reside para a cidade Caruaru para a realização do exame pericial no IML desta comarca.

Assim, ao passo em que resta prejudicado o agravo por força do julgamento do presente agravo de instrumento.

Inicialmente, faz-se necessário esclarecer que na ação originária busca o demandante o pagamento da diferença entre o valor pago (R\$ 1687,50) e o valor integral do seguro obrigatório – DPVAT, em razão do acidente de motocicleta que sofreu na data de 30/09/2009, causando-lhe seqüelas.

A decisão de piso deferiu a gratuidade ao demandante e a prova pericial pleiteado por este, nomeando um perito judicial e determinando que a parte demandada depositasse a quantia de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a título de honorários periciais.

A seguradora se insurge quanto ao pagamento dos honorários periciais, por não vislumbrar a possibilidade de inversão da prova, uma vez que a demanda não versa sobre uma relação de consumo. Alega da possibilidade da perícia ser realizada pelo órgão competente, qual seja, o IML ou em última hipótese a redução do valor dos honorários periciais.

Verifica-se dos autos a discussão de quem arcará com os ônus da prova pericial.

Segundo o disposto no *caput* do artigo 33 do CPC¹, os honorários do perito deverão ser pagos pela parte que requereu o exame, ou pelo

¹ CPC, Art. 33 – Cada parte pagará a remuneração do assistente técnico que houver indicado, a do perito será paga pela parte que houver requerido o exame, ou pelo autor, quando requerido por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

125-

autor, quando requerido por ambas as partes ou determinado de ofício pelo Magistrado. No caso em exame, foi autor, aqui agravado, quem requereu a perícia, conforme consta à fl. 31 dos presentes autos.

Ressalto que o demandante, ora agravado, é beneficiário da assistência judiciária gratuita, portanto este não poderá ser compelido efetuar o depósito referente aos honorários periciais.

De acordo com o inciso V do artigo 3º da lei que estabelece normas para a concessão da assistência judiciária aos necessitados, qual seja, a de nº 1.060/50², os honorários periciais estão elencados no rol das isenções compreendidas pela assistência judiciária.

No caso em apreço, caberá ao Estado o ônus de arcar com os honorários periciais, já que, segundo a regra estabelecida no inciso LXXIV da CF/88³, tem o dever constitucional de prestar, aos necessitados, assistência jurídica integral e gratuita.

Todavia, ressalto que esta relatoria tem se posicionado quanto a não necessidade da contratação de perito oficial diante da possibilidade de realização da perícia pelo Instituto Médico Legal IML, órgão do Estado competente para tais exames.

Porém, na hipótese dos autos, inexistente na comarca do agravado, uma unidade do IML devendo, conforme já determinado por esta relatoria, a perícia ser realizada no posto regional do Instituto Médico Legal da cidade de Caruaru, por ser o mais próximo da residência do agravado (Serra Talhada).

Tendo em vista o interesse de ambas às partes em concluir o mais brevemente possível essa contenda, em nome do princípio da celeridade e da economia processual, do valor irrisório, e da hipossuficiência do agravado que não poderá efetuar despesas sem comprometer seu orçamento, entende

² Lei 1.060/50, Art. 3º - A assistência judiciária compreende as seguintes isenções:

(...)

V - dos honorários de advogado e peritos;

³ CF/88, Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

LXXIV - O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recurso;

teff



126

este Magistrado que a seguradora agravada deve custear as despesas das passagens referentes ao deslocamento do agravado da cidade de Serra Talhada para a cidade de Caruaru para a realização da perícia. Devendo a mesma ser ressarcida dessa ínfima despesa caso seja a parte vencedora.

Ademais, levando em consideração que a despesa com o deslocamento do embargado de Serra Talhada para Caruaru, para a realização da perícia, não é um valor excessivo, que venha abalar a estrutura financeira e orçamentária de uma empresa do porte da seguradora agravante, pois em uma consulta realizada junto a empresa de ônibus Viação Progresso, que faz a linha Serra Talhada/Caruaru/Serra Talhada, o valor atual da passagem é de R\$ 40,00 (quarenta reais) cada trecho, perfazendo assim uma despesa de R\$ 80,00. Valor este bem inferior ao valor fixado a título de honorários periciais na decisão de piso.

Registra-se, ainda, que o Julgador ao arbitrar o valor dos honorários periciais deverá fazê-lo em consonância com o serviço a ser desenvolvido. Na hipótese dos autos, o valor dos honorários periciais fixado pelo o Magistrado *a quo* de R\$ 500,00 (quinhentos reais), encontra-se condizente com o valor fixado por n este Tribunal em casos semelhantes. Logo, não há o que falar em minorá-lo.

Isto posto, **NEGO PROVIMENTO** ao presente agravo de instrumento, para afastar a obrigatoriedade do pagamento dos honorários periciais pela seguradora agravante, bem como, determinado a feitura da perícia pelo IML na cidade de Caruaru com as despesas com o transporte do demandante/agravado por conta da seguradora/agravante, conforme assinalado na liminar anteriormente concedida por esta relatoria.

É como voto.

Recife, 24 de 09 de 2013.


DES. FERNANDO MARTINS - Relator